

Regularidade e Reconhecimento

Ir. . Arlindo Chapeta, 33, Deputado Federal SAFL – Patriarca Assistente do Supremo Conselho Adonhiramita do Brasil

Ir. . André Otávio Assis Muniz, 33, Grande Secretário Adjunto de Educação e Cultura do Supremo Conselho Adonhiramita do Brasil

“Tem-se escrito tanto sobre a questão da regularidade maçônica, já deram-se tantas definições diferentes e, inclusive, contraditórias, que este problema, longe de estar resolvido, tem, talvez, ficado mais e mais obscuro. Parece-nos que foi mal colocado, pois, freqüentemente, busca-se sempre fundamentar essa regularidade sobre considerações puramente históricas, apoiando-se em provas, verdadeiras ou supostas, de uma transmissão ininterrupta de poderes de uma época mais ou menos recuada; é preciso confessar que, partindo desse ponto de vista, seria fácil encontrar irregularidades na origem de todos os ritos praticados na atualidade. Sendo assim, pensamos que isso tudo está muito longe de ter a importância que alguns quiseram lhe atribuir e que, a verdadeira regularidade está essencialmente na ortodoxia maçônica, e que esta ortodoxia consiste acima de tudo em seguir fielmente a tradição, em conservar cuidadosamente os símbolos e as formas rituais que expressam esta tradição e que constituem sua roupagem, e em rechaçar toda inovação suspeita de modernidade.” (René Guénon – A Gnose, abril de 1910)

Resumo

O presente artigo traça uma análise histórica e doutrinária sobre a questão da regularidade e do reconhecimento nos Altos Graus do Rito Adonhiramita, questão confusa e controversa que, muito frequentemente, vem à baila por ocasião da fundação de novas instituições maçônicas de Altos Graus ou quando ocorrem divisões no seio de instituições mais antigas. Trataremos também das relações entre as instituições de Altos Graus e as instituições (Potências) dos Graus Simbólicos e tentaremos dirimir alguns equívocos comuns em relação ao tema.

I. Introdução

A Maçonaria é composta por grupamentos nacionais, com ou sem relações internacionais, que compartilham idéias, símbolos, mitos, métodos de trabalho e alegorias comuns transmitidos, com algumas variações, mais ou menos importantes em relação à forma e aos enfoques doutrinários, através de rituais. De maneira geral, podemos usar como padrão, para classificar algo como ‘maçônico’, ao rol dos “antigos costumes” ou “limites” (landmarks) feito

por Albert Pike (1809 – 1891). Tal classificação é, historicamente, a mais confiável de todas as listas. São eles:

- 1- A necessidade dos maçons reunirem-se em Lojas;
- 2- O governo de cada Loja por um Venerável e dois Vigilantes;
- 3- A crença no Grande Arquiteto do Universo e numa vida futura;
- 4- A cobertura dos trabalhos da Loja;
- 5- A proibição da divulgação dos segredos da Maçonaria.

O terceiro ponto, ou seja, o da crença no Grande Arquiteto do Universo, deve ficar bem claramente definido como não sendo uma imposição dogmática e nem como uma visão religiosa, de um deus personalizado, mas sim como uma abertura ao Sagrado e uma aceitação da dimensão transcendental e metafísica da existência. René Guénon, um dos maiores intérpretes da Tradição e um dos maiores esoteristas de todos os tempos, explica a questão: “Já dissemos que, para nós, o Grande Arquiteto do Universo constitui unicamente um símbolo iniciático, que devemos tratar como todos os outros símbolos e do qual devemos, conseqüentemente, buscar antes de tudo formar uma idéia racional; em outras palavras, que esta concepção não pode ter nada em comum com o deus das religiões antropomórficas, que é não somente irracional mas até mesmo antirracional.”(A Gnose, 1911)No mesmo artigo, René Guénon prossegue demonstrando que o Grande Arquiteto do Universo (G. .A. .D. .U. .) é o conceito daquele que traça o “plano ideal”. Enquanto o “demiurgo” platônico é a coletividade de seres individuais, tomados em conjunto, que executa, ou seja, que atua como “operário” do Universo, o G. .A. .D. .U. . é o próprio conceito metafísico do plano ideal, do projeto de transcendência e de transformação. O arquiteto concebe o edifício a ser construído, no entanto, não é ele que, materialmente, executa a obra. Quando se trabalha “à Glória da Humanidade”, “à Glória da Franco-Maçonaria Universal” , em um sentido filosófico, também se trabalha à Glória do G. .A. .D. .U. . A humanidade é o próprio “Homem Universal” e sua “glória” é, exatamente, a realização do plano de transcendência representado pelo G. .A. .D. .U. . Já a “Franco-Maçonaria Universal” é, precisamente, no dizer de R. Guénon, “a humanidade considerada no cumprimento ideal da Grande Obra Construtiva”, ou seja, o cumprimento da concepção metafísica do G. .A. .D. .U. .Esclarecidos estes pontos e, tendo em vista o que é **TRADICIONALMENTE MAÇÔNICO**, acrescentando aí a utilização do simbolismo do ofício da Construção e o Templo de Jerusalém como paradigma da construção perfeita, paradigma este aplicado no espírito da mais ampla tolerância religiosa, passemos ao desenvolvimento dos Graus.

II. Os Graus da Maçonaria

Em suas primeiras manifestações históricas documentadas, a Maçonaria apresentava dois graus: O de Aprendiz Aceito e o de Companheiro do Ofício. As Lojas eram governadas pelo “Mestre da Loja”, que era um Companheiro do Ofício eleito para a função e pelos Vigilantes. Terminados seus mandatos, voltavam a ser Companheiros do Ofício, não sendo o “Mestre da Loja” um Grau, mas tão somente uma função. Por volta de 1725 um terceiro Grau aparece, possibilitando que todos os Companheiros de Ofício pudessem se tornar “Mestres Maçons”. Depois de 1725, tanto na Inglaterra quanto na recém implantada Maçonaria Francesa, começam a aparecer Graus complementares

ao Grau de Mestre, que eram continuações desse terceiro Grau ou que traziam outras influências de origem cavaleiresca. De fato, em poucos anos, a Maçonaria foi preenchida por dezenas de Altos Graus, ao ponto de, na década de 1780, só em território francês, serem listados 81 Altos Graus distribuídos por dezenas e dezenas de sistemas ritualísticos. Da França sairia também o “Rito de Perfeição de Heredom” (1758), de 25 Graus e altamente influenciado pelas idéias cavaleirescas que, através de uma patente pessoal, se instalaria nos Estados Unidos da América e, em 1801, se transformaria no independente Rito Escocês Antigo e Aceito. Graças a esta situação, entre 1784 e 1785, o Grande Capítulo Geral da França, através de sua 5ª Ordem, um departamento de estudos instaurado sob os auspícios do Grande Oriente da França, para organizar e dar alguma uniformidade ao caos instalado, resumiu todos os Graus a 5 Ordens Sapienciais, sendo a 5ª Ordem de caráter acadêmico. Também nessa época, o estudioso Louis Guillemain de Saint Victor lançaria sua versão estendida das Ordens Sapienciais propostas pelo Grande Capítulo Geral da França, a “Compilação Preciosa da Maçonaria Adonhiramita” em dois volumes, o que se tornaria a base fundamental do Rito Adonhiramita, em 12 Graus.

III. Patentes

Ao estudarmos essa fase da formação dos ritos, veremos que, de fato, os ritos eram criados por estudiosos e estes autorizavam, de maneira pessoal, a outros Irmãos para que propagassem seu sistema ritualístico e fundassem corpos que o praticassem e difundissem. Uma patente, em sua definição original, é uma concessão pública, conferida por um Estado a um titular que garante a este a exclusividade para explorar comercialmente a sua criação. As primeiras patentes das quais se têm notícias são de 1421 em Florença, na Itália. Filippo Brunelleschi inventara um dispositivo para o transporte de mármore e o patenteou. Na Inglaterra, em 1449, John de Utynam recebeu, através de uma patente, o monopólio de 20 anos sobre um processo que inventou para a produção de vitrais. A primeira lei de regulamentação de patentes data de 1474 em Veneza, surgida pela necessidade de proteger com exclusividade o invento e o inventor, concedendo licença para a exploração, reconhecendo direitos autorais e sugerindo regras para a aplicação no âmbito da produção. Com base nessa idéia, ou seja, nas PATENTES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, surgiram as primeiras “patentes maçônicas”, que tinham por objetivo proteger a invenção dos criadores dos ritos e dos sistemas. As patentes eram pessoais e, algumas, eram até hereditariamente herdadas, como um título transmissível para os herdeiros. Os critérios para a concessão de uma patente referente a um rito ou a um sistema particular de Maçonaria eram dados pelos criadores. As patentes eram cartas de autorização que traziam expressas os poderes dados aos seus portadores. Os poderes dos criadores, após a morte deles ou quando se formasse um corpo suficientemente grande de praticantes do sistema, eram transferidos a um chefe nomeado sucessor. A idéia de uma “patente coletiva” referente aos Altos Graus, dada por uma instituição a outra instituição, e não de uma pessoa ou grupo de pessoas para a outra, só vai aparecer no panorama maçônico depois da criação do R.E.A. De fato, alguns ritos nascem não com a intenção de se tornarem parte da Maçonaria como um todo, mas sim de serem uma Maçonaria separada, específica, particular, que competisse com as

outras. Dessa maneira se lêem em alguns documentos expressões como “o Regime Escocês Retificado”, “a Ordem da Estrita Observância Templária”, “o Soberano Santuário de Menfis-Misraim”, “a Ordem da Estrela Flamejante”, “a Perfeita e Sublime Maçonaria” (essa expressão se encontra na patente dada a Morin, ou seja, se referia ao Rito de Heredom, não à Maçonaria como um todo). Note-se que esses sistemas usam expressões em que, claramente, demonstram que não se viam como ritos, ou partes de algo maior ou unificado, mas sim como algo próprio, particular, exclusivo, diferente e superior dos demais. Sendo assim, o fundador de um rito era a autoridade máxima daquela “Maçonaria”. Exemplos bastante claros disso são as histórias de Martinez de Pasqually de La Tour, com sua “Ordem dos Sacerdotes Eleitos do Universo”, do Barão Von Hund com a “Estrita Observância Templária” e Jean Baptiste Willermoz com o “Regime Escocês Retificado”. Só eles tinham o poder de conferir patentes para o funcionamento de seus respectivos sistemas. No caso dos Ritos de Menfis e de Misraim, que foram unificados depois para formarem o “Rito de Menfis-Misraim”, ainda hoje sua organização é feita ao largo das Potências majoritárias. Em todo o mundo, apenas a Grande Loja Suíça-Alpina o absorveu em sua própria jurisdição. Seus Graus são próprios, seus Santuários não mantêm relações com a maioria das Grandes Lojas majoritárias... Enfim, mantêm-se em uma estrutura muito similar à dos corpos maçônicos exclusivistas do século XVIII e XIX. Só muito mais tarde, como no caso do Regime Escocês Retificado (que se tornou Rito Escocês Retificado) e do R.E.A.A., grande parte dos ritos foram absorvidos pelas Potências Maçônicas nacionais. Tais afirmações podem causar algum espanto aos leitores mas, o REAA, quando chega ao Brasil, chega como Potência autônoma, com suas próprias Lojas Simbólicas e Altos Corpos. Só depois será incorporado ao Grande Oriente do Brasil. O Rito Francês e, pouco depois do lançamento da “Compilação Preciosa da Maçonaria Adonhiramita”, o Rito Adonhiramita, diferentemente, eram vistos como parte da Maçonaria Francesa. Não eram conferidos via patente, mas sim por mera autorização dada pelo Grande Oriente da França. Nasceram no seio de Potências já estabelecidas e não como propostas de novas Maçonarias. Louis Guillemain de Saint Victor, de fato, nunca conferiu nenhuma patente específica para a prática de seu rito. Pensava, de fato, em uma forma opcional e mais profunda daquela proposta pelo Grande Capítulo da França. A “Maçonaria Adonhiramita” era, tão somente, uma opção de Maçonaria Ortodoxa dentro do mar de Ordens e Graus vigentes naquele momento. Tanto é que, em sua apresentação, ele se identifica como um “Cavaleiro de Todas as Ordens Maçônicas” e junta aos graus apresentados em sistema, uma tradução do alemão do Grau de Noaquita ou Cavaleiro Prussiano, ao qual ele achou interessante. Já na apresentação da “Compilação Preciosa da Maçonaria Adonhiramita”, fica claro que se trata de uma apresentação dos “três pontos da Maçonaria Escocesa, o Cavaleiro do Oriente e o Verdadeiro Rosa-Cruz, que não foram nunca impressos, precedidos dos Três Eleitos e seguidos do Noaquita ou Cavaleiro Prussiano, traduzido do alemão.” e não de uma nova Maçonaria mais perfeita que as demais ou separada dessas. Qualquer corpo maçônico cujo funcionamento fosse autorizado pelo Grande Oriente da França podia optar por funcionar no sistema do “Grande Capítulo” (Rito Francês) ou no “Adonhiramita”, que era a versão estendida de Louis Guillemain de Saint Victor para o mesmo sistema. Não foram concebidos como sistemas particulares, mas como versões para o que

era tido como a Ortodoxia Maçônica do século XVIII. Dessa forma, e como testemunho histórico do que afirmamos, vemos as primeiras patentes da Maçonaria Portuguesa sendo conferidas pelo Grande Oriente da França para a prática dos Graus Simbólicos e para os Graus Capitulares Franceses, nos quais se incluía a versão Adonhiramita... De fato, o Rito “Adonhiramito” (grafia da época) é tido como um dos preferidos pela Maçonaria Portuguesa. Trata-se, portanto, de uma versão aprofundada, estendida, dos Graus Capitulares Franceses.

IV. No Brasil

No Brasil, já em 1837, é fundada a Loja “Sabedoria e Beneficência”, trabalhando no Rito Adonhiramita. Influenciados por um erro de J.M. Ragon, os maçons portugueses atribuíam a autoria do Rito ao Barão de Tschoudy e criam que o Rito era constituído de 13 Graus. Em outras palavras, a prática da época era, pura e simplesmente, pegar a “Compilação Preciosa da Maçonaria Adonhiramita”, que havia sido traduzida para o português em 1836, e usar para a prática dos Graus, prática essa autorizada pelo Grande Oriente... Sem patente nenhuma em separado das que conferiam o direito a trabalhar os Graus Simbólicos! Essa é mais uma prova conclusiva de que Louis Guillemain de Saint Victor nunca concedeu qualquer patente... Nem o nome dele se sabia direito, uma vez que a obra foi lançada no semi-anonimato, assinada por um “Cavaleiro de Todas as Ordens Maçônicas”. Além disso, se praticava o Grau de Noaquita ou de Cavaleiro Prussiano, grau esse que não fazia parte da proposta do sistema de Louis Guillemain de Saint Victor. Ele mesmo afirma que o Grau de Rosa Cruz é o “non plus ultra” de seu sistema. O Grau de Noaquita era apenas um apêndice. No entanto, acabou sendo praticado como um 13º Grau Adonhiramita. Seria verdadeiramente estranho se houvesse qualquer patente Adonhiramita concedida por Louis Guillemain de Saint Victor onde ele errasse seu próprio nome (substituído por “Barão de Tschoudy”) e ele se contradissesse afirmando que seu sistema tinha 13 Graus (coisa que ele não diz na obra base fundamental do Rito). Para nós, essas evidências configuram prova conclusiva de ausência de qualquer patente específica para a prática do Rito Adonhiramita e mesmo de qualquer necessidade de algo do tipo. A Carta concedida para a fundação do Grande Oriente Brasilíco previa a autorização para se trabalhar em todos os Graus utilizados na França e em Portugal, com a exceção dos pertencentes ao Rito Escocês Antigo e Aceito que, desde 1801, exigia a concessão de uma patente separada, patente essa que deveria ser emitida pelo Supremo Conselho de Charleston ou por Supremo Conselho por ele reconhecido. Justamente por isso, posteriormente (1854), o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil se tornaria também o Soberano Comendador do REAA, pois este era o único Rito trabalhado no Brasil (introduzido em 1829) que exigia uma autorização separada. Já em 1832 foi fundado o Supremo Conselho do REAA no Brasil que trabalharia como uma Potência Maçônica Independente. Em 1839, o GOB criaria um “Grande Colégio dos Ritos”, que era um tipo de departamento para o governo dos Ritos Adonhiramita, Moderno e Escocês (de maneira irregular), já que o REAA deveria funcionar, e de fato já funcionava, separado. Em 1854, com a incorporação regular do Rito Escocês Antigo e Aceito ao GOB, o “Grande Colégio dos Ritos” sofreu uma transformação. Tendo em vista que, oficialmente, o REAA se incorporaria ao

GOB e exigia um governo separado, não poderia ser simplesmente juntado ao “Grande Colégio de Ritos” ou fundido como era antes. Sendo assim, em 1855 foi criado o “Sublime Grande Capítulo dos Ritos Azuis” (i.e. Moderno e Adonhiramita), que comporia colateralmente ao Supremo Conselho do REAA, as Oficinas Chefes dos Ritos. Para governar as Lojas e Câmaras do REAA, o Grão-Mestre teria que se tornar, também, o Soberano Comendador do Supremo Conselho. O “Sublime Grande Capítulo dos Ritos Azuis” teve existência curta. Em 1863, menos de dez anos após sua criação, ocorreu a dissidência liderada por Joaquim Saldanha Marinho, onde foi criado o “Grande Oriente do Vale dos Beneditinos. O GOB criou pelo decreto nº 21 de 2 de abril de 1873 o “Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas”, homônimo ao seu concorrente no outro Grande Oriente. Cabe salientar que o erro de Ragon, o de que o Rito Adonhiramita tinha 13 Graus, sendo o último o de “Cavaleiro Noaquita”, vingou no Brasil como tinha vingado em Portugal. Até 1951, esse corpo seria, na prática, o departamento do GOB para o governo do Rito Adonhiramita. Nesse ano, em 23 de maio, pelo decreto n. 1641, o Grão Mestre do GOB, Joaquim Rodrigues Neves promulgava a nova Constituição, onde estava claro que, a partir de então, o GOB só regeria os 3 Graus Simbólicos, mantendo relações “da mais estreita amizade e tratados de reconhecimento”. Aqui começa uma longa série de equívocos dentro da Maçonaria brasileira, equívocos esses que se mantêm até os dias de hoje. Em 1932, o Congresso Maçônico de Potências regulares, reunido no Chile, coligiu alguns princípios referentes a quais seriam os critérios referentes à regularidade de um Rito... Em resumo, o documento afirma que um Rito não cai do céu, não é uma “revelação”, mas é uma criação humana. Afirma que não há nenhum órgão ou organização maçônica para conceder licença para a criação de Ritos. Que um Rito pode, se quiser, funcionar do 1º ao último Grau sem pedir licença a ninguém, mas que, como estamos em uma fase da história maçônica onde se admite a divisão da Maçonaria em Maçonaria Simbólica (Graus 1, 2 e 3) e Maçonaria Filosófica (acima do Grau de Mestre), o Rito pode pedir a inclusão de seus Graus Simbólicos em uma Potência Simbólica que, então, atendidas as exigências gerais da mesma, passa a administrar os Três Primeiros Graus. Acima deles, é um problema que não toca à Potência Simbólica... O erro de 1951 foi a utilização da palavra **RECONHECIMENTO**. Entre Potência Simbólica e Potência Filosófica pode haver Tratado de Amizade, de Cooperação, de Mútuo Apoio, de Aliança... Mas nunca de reconhecimento. A ingerência da Potência Simbólica nos Graus Filosóficos ou a ingerência da Potência Filosófica nos assuntos da Potência Simbólica é, desde que houve a concordância de separação entre Maçonaria Simbólica e Filosófica, altamente irregular. A Potência Simbólica é uma instituição civil, de direito privado com personalidade jurídica própria. A Potência Filosófica, idem. Cada uma trata de seus próprios assuntos e interesses. É óbvio que os membros das Potências Filosóficas, uma vez que são, obrigatoriamente, também membros das Potências Simbólicas, devem cumprir e fazer cumprir as leis de ambas as Potências. Não pode haver prática de irregularidade em nenhuma delas. Um maçom do GOB não pode utilizar um templo do GOB para receber a um maçom não reconhecido pelo GOB com a desculpa de que não é sessão do GOB, mas sim da Potência Filosófica. Não pode reconhecer os Graus Simbólicos (e por conseqüência, tampouco os filosóficos) de maçom não reconhecido. Isso é apenas questão de bom senso. Se não posso reconhecer a

alguém como Mestre Maçom, é óbvio que não posso lhe conferir Graus Superiores. No entanto, isso não tem absolutamente NADA A VER com ter um “reconhecimento” institucional, da Potência Simbólica para com a Potência Filosófica ou vice-versa. Vemos com preocupação e espanto a maçons dizendo que uma ou outra Potência Filosófica é “irregular” por não ter Tratado de “Reconhecimento” com o GOB ou com tal ou qual Grande Loja... Tratados de Reconhecimento com fins de equivalência de Grau entre Potências Filosóficas, ainda que uma equivalência de cortesia, que permita aos maçons de determinado Grau em um rito assistirem e, se desejarem, filiarem-se no Grau eqüipotente de outro Rito, devem ser celebrados com base na fraternidade vigente entre os Ritos (em suas instâncias acima do Grau 3) e, obviamente, tendo-se em conta a regularidade simbólica dos Mestres Maçons em questão e não com base em ser ou não tal ou qual Potência Filosófica “reconhecida” por uma Potência Simbólica, tendo em vista que, como explicamos, tal reconhecimento não existe entre Potências que adotam a separação entre Graus Simbólicos e Filosóficos. Um exemplo claro disso: O Supremo Conselho do R.E.A.A. de Jacarepaguá não tem nenhum “reconhecimento” do GOB. No entanto, é considerado pela Convenção Internacional dos Supremos Conselhos do R.E.A.A. como o único Supremo Conselho Regular do R.E.A.A. em território brasileiro. Vários Irmãos do GOB são filiados, nos Graus Filosóficos, ao Supremo Conselho de Jacarepaguá. Não estamos aqui discutindo quem está ou não está com a razão, tema bastante delicado e que, longe do que alguns tentam fazer crer, não tem uma resposta taxativa e definitiva. Estamos apenas demonstrando que, quando se trata de Altos Graus, o reconhecimento da Potência Simbólica não é possível, ao menos em acordo com as normas aceitas internacionalmente como próprias da Maçonaria Conservadora (em oposição à chamada Maçonaria Liberal). O E.C.M.A.P., Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita de Portugal, com o qual o E.C.M.A.B. (agora S.C.A.B.) mantém Tratado, tem o reconhecimento do Supremo Conselho do R.E.A.A. de Portugal, que, por sua vez, é reconhecido, pela Convenção Internacional dos Supremos Conselhos do R.E.A.A., como o único Supremo Conselho do REAA regular em território português e, obviamente, mantém relações com o Supremo Conselho do R.E.A.A. de Jacarepaguá. Nada disso tem qualquer coisa a ver com “reconhecimento” de Altos Corpos por parte de Potência Simbólica.

V. O E.C.M.A.

Em 1953, o “Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas” passaria a se chamar “Muito Poderoso e Sublime Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas para o Brasil”. Em 15 de Abril de 1968, era assinado entre o então Grão-Mestre do GOB, Álvaro Palmeira e o Presidente do “Muito Poderoso e Sublime Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas para o Brasil”, Josué Mendes, um Tratado de Aliança e Amizade (não de reconhecimento!). E nesse período, de 1953 a 1968, o Rito Adonhiramita ficou “irregular”? Respondam os defensores dos “reconhecimentos” por Potência Simbólica... Parece-nos óbvio que não. Em 1973, ocorre a grande “reviravolta” no Rito Adonhiramita. Neste ano, treze Grandes Orientes Estaduais se desligam do Poder Central do GOB. Isso, para o GOB, significa a perda da maior parte de suas Lojas praticantes do Rito Adonhiramita e uma cisão interna dentro do “Muito Poderoso e Sublime Grande

Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas para o Brasil”, que só poderia admitir Irmãos ligados ao GOB. Para recuperar o Rito Adonhiramita dentro do GOB e dentro do “Muito Poderoso e Sublime Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas para o Brasil”, é necessário atrair Irmãos de outros ritos para ele. Como fazer isso? Essa foi a questão colocada pelos Irmãos Adonhiramitas remanescentes. Em 1973, sob o comando do Irmão Aylton Menezes, o “Muito Poderoso e Sublime Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas para o Brasil” muda seu nome para “Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita” (ECMA). Restava ainda a completa reformulação do Rito para que se tornasse mais atrativo para uma população maçônica majoritariamente do REAA, ou seja, habituada a um sistema de 33 Graus e que não se sentiria atraída por um rito com apenas 13 (12 na verdade). Dentro de 9 anos, ou seja, em 1982, o Rito Adonhiramita no seio do GOB e do ECMA estava completamente transformado: 33 Graus, Cerimonial de Incensação, Cerimonial de Acendimento das Luzes, acentuada (e preocupante) influência neo-ocultista e uma tendência a contínuas modificações. É óbvio aqui que não havia nenhuma “patente” dada por uma imaginária “oficina chefe” para o acréscimo de 21 Graus. Tampouco seria possível basear tais Graus na obra de Louis Guillemain de Saint Victor. Para a plena acomodação dos Graus Adonhiramitas no esquema de 33 Graus do REAA, era necessária a divisão em Câmaras Ritualísticas. Essa divisão, obviamente, não existe na “Compilação Preciosa da Maçonaria Adonhiramita”, que foi escrita bem antes do aparecimento dessas divisões no seio do REAA. O sistema de divisão em Lojas de Perfeição, Capítulos, Areópagos ou Oficinas de Kadosh, Consistório e Supremo Conselho foi adaptado ao Rito Adonhiramita com a manutenção dos 10 Graus filosóficos originais diluídos dentre os Graus Escoceses. Em nosso artigo “O Rito Adonhiramita: História e idiossincrasias” relatamos pormenorizadamente as fontes e as influências ocorridas no processo. Tendo em vista que o Rito Adonhiramita até então só era praticado no Brasil, ou seja, que não havia a preocupação em se manter alguma uniformidade com outros corpos Adonhiramitas no estrangeiro, as modificações, invenções e teorizações desprovidas de base documental se tornaram um hábito nos primeiros escalões do Rito. Novamente, aqui, frisamos a inexistência de qualquer necessidade de uma “autorização” para que o Corpo Filosófico fizesse suas alterações “intra muros”.

VI. Os acréscimos alteraram a regularidade do Rito Adonhiramita?

Essa pergunta já nos foi feita. Tendo em vista que a verdadeira regularidade está essencialmente na ortodoxia maçônica, e que esta ortodoxia consiste acima de tudo em seguir fielmente a tradição, em conservar cuidadosamente os símbolos e as formas rituais que expressam esta tradição e que constituem sua roupagem, e em rechaçar toda inovação suspeita de modernidade.”, trata-se de pergunta bastante cabível. A questão central aqui não pode ser respondida com base em um apego às formas do passado, nem tampouco como uma simples oposição à introdução de 33 Graus no Rito ou aos cerimoniais de incensação e de acendimento das luzes. A real preocupação e a visão ortodoxa de regularidade, à qual já expusemos, deve ser voltada para quaisquer alterações em aspectos essenciais e tradicionais.

Ensina René Guénon:

“A Tradição não exclui a evolução nem o progresso; os rituais podem e devem ser alterados tantas vezes quantas sejam necessárias para adequar-se às condições variáveis de tempo e de lugar, mas, entenda-se, unicamente à medida em que estas alterações não afetem nenhum aspecto essencial. A mudança nos detalhes do ritual importa pouco desde que o ensinamento iniciático que deles se compreende não sofra nenhuma alteração. A multiplicidade de Ritos não teria graves inconvenientes, talvez até mesmo seria vantajosa se, desgraçadamente, não tivesse muito freqüentemente como conseqüência, servindo de pretexto a lamentáveis cismas entre Potências rivais, o comprometimento da unidade ideal, se quisermos, mas real da Maçonaria universal.” (A Gnose, abril de 1910) Em outras palavras, o acréscimo dos Graus não representa nenhum problema, desde que se mantenham os aspectos essenciais da Tradição Adonhiramita, contidos na Compilação Preciosa da Maçonaria Adonhiramita. O próprio Ragon, tão imaginoso em algumas ocasiões escreveu: “Nenhum grau conhecido ensina nem desvela a verdade. Somente torna o véu menos espesso... Os graus que se praticam até hoje fizeram maçons e não iniciados” Os graus da iniciação, compreendidos em sua essência, são de multiplicidade necessariamente indefinida. A Iniciação tem como fim a obtenção do conhecimento integral, ou seja, a GNOSE no sentido verdadeiro da palavra. A posse efetiva de tal conhecimento comporta graus e possibilidades verdadeiramente indefiníveis. Sem os estudos iniciáticos e sem a compreensão da correta interpretação dos Graus e seus símbolos, 3, 7, 9, 12, 13, 25, 30, 33, 99 ou 120 Graus não passam de um amontoado de cerimônias vazias de sentido, como nas religiões exotéricas quando não vivenciadas e não compreendidas. “os graus intermediários da Iniciação podem ser até mesmo em multiplicidade indefinida, e deve ficar claro que os graus que existem em uma Organização Iniciática não constituem senão uma espécie de classificação mais ou menos genérica e “esquemática”, limitada à consideração de certas etapas principais ou mais claramente definidas, o que, por outro lado, explica a diversidade destas classificações. É também evidente que, mesmo quando uma Organização Iniciática, por uma razão qualquer de “método”, não confere graus claramente diferentes e demarcados por ritos particulares a cada um (dos graus), isso não impede que as mesmas fases (iniciáticas) existam obrigatoriamente para quem esteja vinculado a tal organização, ao menos quando passam à Iniciação Efetiva, pois não há nenhum método que permita alcançar diretamente o Objetivo.” (René Guénon – Estudos Tradicionais, setembro de 1950) Da mesma maneira, a introdução dos cerimoniais de incensação e acendimento das luzes, desde que não altere as partes ESSENCIAIS dos ritos, não constitui problema algum para o Rito Adonhiramita. Fazemos aqui a clara distinção: Cerimônias são as partes de adorno, aformoseamento, auxílio à concentração, solenização e que trazem emoção estética a um ato coletivo. Já o RITO, do sânscrito “rta”, é a ordem fundamental, a atualização simbólica de um tempo e de um mito sagrados, que contém partes essenciais e imutáveis por transmitirem os ensinamentos Tradicionais da Iniciação, Incensação e acendimento das luzes são CERIMÔNIAS na Maçonaria Adonhiramita, introduzidas em 1973. Ritos são as partes essenciais, abertura (com a verificação da cobertura do templo e da qualidade maçônica dos presentes), declaração da Loja Aberta, Fechamento e as partes fundamentais das iniciações aos Graus, ou seja, aquelas partes que transmitem os ensinamentos centrais dos Graus. Por si só, a introdução de

cerimônias e de Graus extras, não altera o núcleo, o fundamento de um Rito. O grande problema se dá quando indivíduos sem qualificações e conhecimentos ritualísticos necessários resolvem alterar partes essenciais...Aí há a interrupção da transmissão iniciática e um rito se torna, de fato, IRREGULAR.

VII. O E.C.M.A.P.

O Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita para Portugal, é uma Potência Filosófica maçônica portuguesa, ou seja, trata dos Graus 4 ao 33 do Rito Adonhiramita para Portugal. Foi registrado como pessoa jurídica de Direito Privado em 28 de Maio de 2010 e reconhecido pelo Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita (E.C.M.A.) pelo seu Decreto Especial n.º 38-GPR, tendo sido consagrado e instalado o seu primeiro Grande Patriarca Regente, em 27 de Setembro de 2010, pelo Grande Patriarca Regente do ECMA.O E.C.M.A.P. constitui-se assim em um fenômeno de retorno do Rito Adonhiramita para Portugal, tendo em vista que o Brasil recebeu-o de seus Irmãos Lusitanos no século XIX.O E.C.M.A.P., possui Tratado de Amizade e Aliança com a Grande Loja Legal de Portugal / Grande Loja Regular de Portugal, e de Reconhecimento com o Supremo Conselho para Portugal (R.E.A.A.), cujo Soberano Grande Comendador, Agostinho Fernandes Garcia é Grande Patriarca Inspetor-Geral Honorário ad Vitam do E.C.M.A.P. e Grande Patriarca Inspetor-Geral Honorário ad Vitam do E.C.M.A.P. e Patriarca Regente Honorário do S.C.A.B.Essas informações estão abertas nos sítios da internet de ambas as Potências. A pergunta que se coloca aqui é: Quais as relações atuais entre E.C.M.A.P. e o E.C.M.A., potência que o originou e que tem, surpreendentemente, até o momento, Tratado de Aliança e Amizade com o GOB?O sítio eletrônico do E.C.M.A.P. traz a seguinte informação (grifos meus):“No sentido de evitar qualquer tipo de má interpretação sobre o relacionamento entre o E.C.M.A.P. e as demais Potências e Obediências maçônicas reconhecidas como integrantes da maçonaria regular internacional, se esclarece que, tendo presente os tratados assinados pelo ECMA com Obediências não reconhecidas no passado dia 13 de dezembro de 2014, o Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita para Portugal suspende a partir dessa data as suas relações maçônicas com a dita Potência.Assim não será permitida a visita às Oficinas do E.C.M.A.P. de obreiros que estejam filiados ao ECMA.Os Obreiros detentores de graus filosóficos do Rito Adonhiramita que tenham suspenso a sua filiação ao ECMA podem visitar as Oficinas Litúrgicas do E.C.M.A.P. bem como filiarem-se às mesmas como Obreiros Honorários não residentes. Sobre este assunto deverão os Obreiros ter presente o traçado do Decreto n.º 28/2014 do E.C.M.A.P.”Cremos não ser necessário tecer maiores comentários às informações já fornecidas pelo referido sítio eletrônico.

VIII. Supremo Conselho Adonhiramita do Brasil

Em dezembro de 2013, foi fundado o Supremo Conselho Adonhiramita para o Brasil, por conta de uma série de graves discordâncias internas dentro do corpo do E.C.M.A., algumas delas com conseqüências maçônicas extremamente graves, como a expulsão de diversos membros da Cúria Patriarcal da Potência Simbólica, situação essa que permanece até o momento. O S.C.A.B. foi fundado por maçons oriundos do mesmo corpo

simbólico que o E.C.M.A. e sobre as mesmas bases, ou seja, a legitimidade iniciática nos Graus Filosóficos transmitida pelo GOB aos corpos que dele se separaram por exigência de regularidade internacional. Aqui, mais uma vez, repetimos que essa legitimidade não foi conferida por nenhuma patente conferida em separado uma vez que, tanto o Rito Adonhiramita quanto o Rito Moderno, não tinham uma Oficina Chefe separada da Potência Simbólica e nem necessitavam de patente de um “Supremo Conselho” pai (como no caso do R.E.A.A.). A alegação de que o Rito Adonhiramita ou o Rito Moderno só podem ter uma Potência Filosófica em território nacional é uma imitação, completamente sem base, do R.E.A.A. As Constituições de Lausanne, oriundas da reunião de Supremos Conselhos do R.E.A.A., determinaram isso PARA O R.E.A.A., uma vez que se tratava de reunião exclusiva do R.E.A.A., chefiada pelos Supremos Conselhos Norte Americanos daquele Rito e que visavam regular tão somente o R.E.A.A. com suas peculiaridades. Tendo em vista isso e o próprio teor daquelas Constituições, é verdadeiramente esdrúxulo utilizar tal documento para justificar o que quer que seja fora do R.E.A.A.

IX. Conclusão

Com isso, esperamos ter, mui fraternalmente, dirimido as dúvidas dos Irmãos e contribuído para que todos possam trabalhar em harmonia, paz e fraternidade. Nosso maior desejo, assim como o de todos os Irmãos verdadeiramente imbuídos de ideais maçônicos, é que impere a concórdia para que todos juntos possam fazer novos progressos na Maçonaria.